



Anais da Assembléia

Nº 56

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Renato Bernardi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Ada Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (37); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Francisco Escorsin (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do padre NARCISO LOUZA, provincial dos Padres Claretianos.

Requer, outrossim, após a aprovação deste, comunicar ao Superior dos Padres Claretianos na Av. Getúlio Vargas, 1193.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Ex.ºs Srs. Corregedor Geral da Justiça Eleitoral, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de alertá-los quanto à falta, nas 4 zonas eleitorais da Comarca de Curitiba, de pessoal para o atendimento do público que demanda ao TRE a fim de regularizar a situação eleitoral.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA: Oral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Governo estimulou o replantio do trigo logo após as primeiras chuvas; é bem verdade que elas chegaram já um pouco tarde, quando grandes áreas já plantadas foram totalmente exterminadas pela longa estiagem.

Mas o agricultor paranaense, homem acostumado às lutas não se arrefeceu. Aceitou o desafio do Governo, e passou a remontar sementes de trigo no lugar onde pacientemente já havia semeado. E já se pode vislumbrar as terras paranaenses tomadas do verde dos trigos que já despontam como que anunciando um grande evento para agricultura.

O replantio, embora tarde, tendo a semente financiada pelo Banco do Brasil, e ainda estar coberto pelos benefícios do "PROAGRO" é mais um pesado ônus que está arcando a agricultura. Pois, ao invés de um alqueire de terra ocupar de 8 a 10 sacas de sementes passou a usar exatamente o dobro, que sem somar as despesas de preparo de terra, semeadura e etc. vai custar em torno de Cr\$ 7.000,00 o alqueire.

Assim, as elevadas despesas do trigo já começaram desde o ato inicial, quando do lançamento da semente à terra.

Com o preço do trigo elevado de Cr\$ 238,20 para Cr\$ 249,20 conforme Resolução do Conselho de Desenvolvimento Econômico, ainda não é a forma do agricultor recuperar parte dos prejuízos que sofreu em virtude da estiagem.

Assim, entendemos que a medida mais justa seria a concessão de um abono especial destinado a cada proprietário que enfrentando novamente todos os riscos da agricultura tritícola, replantaram novamente, os seus trigos.

Esse "abono especial" poderá ser baseado nos hectares replantados conforme levantamento já feito pelos técnicos para efeito de refinanciamento e cobertura pelo PROAGRO.

Requeiro pois, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma vez aprovado por esta Casa, seja enviado o conteúdo deste ao Ex.º Senhor Alysson Paulinelli, DD. Ministro da Agricultura.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) ROSÁRIO PITELLI

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 71/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica transferida ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Altônia ao Distrito de São Jorge, no mesmo município.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A estrada ligando a sede do Município de Altônia ao Distrito de São Jorge, naquele mesmo município, é de grande significação econômica para o desenvolvimento da região, pelo que interessa diretamente ao próprio Estado a sua perfeita condição de uso uma vez que contribuirá grandemente para o desafogo da produção e aumento das arrecadações estaduais.

É a justificativa que por si só recomenda o projeto à elevada consideração de nossos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N.º 72/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, através da TELEPAR, instalar na sede do Distrito de São Jorge, Município de Altônia, um Posto Telefônico.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A importância econômica do Distrito de São Jorge, Município de Altônia, está a exigir a sua integração à rede de comunicações que atende todo o Estado. Essa melhoria virá contribuir grandemente para a consolidação do desenvolvimento econômico daquele distrito.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante o dia de ontem estivemos no Tribunal Regional Eleitoral, e verificamos que nas quatro zonas eleitorais de Curitiba, a demanda à procura da regularização eleitoral, transferências, pedidos de certidões, requerimentos de títulos novos, é muito grande. E verificamos, conversando com os funcionários daquele Tribunal a falta de pessoal que ali se verifica. Dou como exemplo, a Segunda Zona Eleitoral de Curitiba, que além de Curitiba faz parte também o Município de Rio Branco do Sul, onde existem registrados naquela zona, cerca de 100 mil eleitores, e o que se vê é que o chefe daquela zona eleitoral teve que levar a sua esposa e a sua filha para ajudá-lo no trabalho, porque apenas ele e dois funcionários abnegados é que trabalham no atendimento ao público.

As demais zonas eleitorais, primeira, terceira e quarta sofrem também desse problema. A Terceira Zona, a maior de Curitiba, com cerca de 180 mil eleitores, além do atendimento dos Municípios de Quatro Barras, Campina Grande e Piraquara, funciona com cerca de sete funcionários, o que faz com que a pessoa requerendo o título, o prazo seja de 90 dias para a entrega do documento, hoje um documento indispensável para se requerer outros documentos. Razão pela qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendemos com o apoio desta Assembléia, enviar expediente ao Sr. Corregedor Geral da Justiça Eleitoral, ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, alertando-os quanto à falta de pessoal para atendimento do público, aqui em Curitiba no Tribunal Regional Eleitoral.

Somente isso. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito para falar no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste cipoal de mudanças que vive a sociedade brasileira, principalmente nesses momentos de especulação de ordem política, o livrinho chamado Constituição, mais uma vez sofre alteração. E nas introduzidas modificações feitas recentemente por este Poder, adaptando as normas excepcionais à Constituição Pátria, querendo adequar as normas federais à Constituição do Estado, juntamente com o eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, estamos propondo, Sr. Presidente, para apreciação desta Casa, uma emenda constitucional que visa colocar, num único artigo, o Parágrafo 3.º ao Artigo 107, da Constituição do Estado do Paraná.

E diz esta pretensão ou esta proposição, o seguinte: Excetua-se da vedação do § anterior, o cargo de Secretário

Municipal, desde que o Vereador se licencie no exercício do mandato. Com a tramitação da Proposição n.º 537/77, da qual resultaram as modificações introduzidas na Emenda 6, da Constituição do Paraná, o Congresso Nacional promulgou a Emenda n.º 10, à Constituição Federal, permitindo a licença do Vereador para exercer o cargo de secretário do município. Deixando de constar na emenda que já mencionamos, a exemplo do que ocorreu no âmbito federal, é necessário se introduzir esse preceito ao texto da Constituição do nosso Estado, embora os efeitos da Carta da República se façam sentir e são auto-aplicáveis desde logo. Por esta razão, Sr. Presidente, encaminhamos à Mesa, esta modificação da Constituição, que foi introduzida através da Emenda n.º 10 da Constituição Federal.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A formação humana faz até o desbrilho do próprio sentimento do homem. Segundo a ciência, o homem tem três fases distintas da vida. A primeira, a fase do instinto, aquela do nascer. A criança ao ser expulsa do ventre da mãe chora porque sente dor. Caminha pelo corpo da própria mãe em busca do seio materno para sugar, porque sente fome. Depois ele cresce, entra para a fase da intelectualidade, o homem começa a querer, querer ser, querer poder, querer lugar, querer tudo o que o mundo possa oferecer.

E nesta fase permanece a maioria dos homens, numa guerra permanente para derrubar os seus semelhantes, desde que ele se mantenha de pé. Falta a ele, muitas vezes, nesta vontade indômita de ser mais, de poder mais, de ter mais, falta a ele a dignidade e o respeito ao próprio semelhante que é feito como ele próprio.

E o que nós vemos neste planeta e principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um sistema como este, que o poder se avante em poder; que o poder é representado pela força e que a violência é exercida por todos aqueles que se julgam donos do poder. O que nós vemos é a perseguição, é a infâmia, é a falta de decoro, é a falta de decência, é o horror; é a depressão do ser humano, é a indignidade retratada muitas e muitas vezes, em tantos e tantos lugares. O Prefeito de minha cidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela terceira vez, Prefeito, e é bom que se diga por todas as vezes com um saldo negativo sobre a análise do homem portador de capacidade administrativa. Por todas as passagens desse cidadão, da Prefeitura de Santo Antônio da Platina, ao final de cada mandato, deixou o retrato da insolvência econômica; deixou caracterizado a incapacidade de dirigir, de administrar a coisa pública, deixou maculada uma comunidade de quase 45 mil habitantes, mas, é Prefeito pela terceira vez.

E nestes primeiros dois anos, a exemplo dos outros oito anos de exercício como Prefeito daquela comunidade, vem se fazendo caracterizar como ser homem mais perseguidor, mais ignóbil, como o vivente mais triste da fase do instinto e da meia intelectualidade.

Há pouco tempo perseguiu tanto um dos exatores de renda daquela localidade, que este chegou ao ponto de pedir a sua transferência, para outro município. Assim procedeu porque este moço, este funcionário público do Estado do Paraná, a exemplo de tantos outros, era honesto, era digno, era honrado; e não admitia a interferência do Alcaide municipal nos negócios da Coletoria Estadual daquela comunidade.

Perseguiu — ao iniciar o seu terceiro mandato, todos os funcionários da Prefeitura Municipal, que não tivessem identificado na sua campanha eleitoral, que o levou ao terceiro mandato de administrador daquele município.

E agora, terminada a faina na sua área administrativa, começa a perseguir funcionários do ensino daquela comunidade.

E o pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que tem o apoio e o beneplácido do Governo do Estado, através da Secretaria da Educação.

Acabo de receber uma carta e que passarei a ler, subscrita por uma das professoras mais antigas da minha comunidade, esposa de um ex-Prefeito, que também é médico, como médico é o atual Prefeito Municipal. Ex-Prefeito que caracterizou a sua passagem pela administração do município, pela honradez, pelo trabalho, pelo entendimento, do povo que habita uma comunidade do interior.

O atual Prefeito não o respeitou nem como seu colega de profissão. O atual Prefeito não o respeita nem como ex-colega de passagem pela Prefeitura Municipal, pela escolha do povo daquela comunidade.

O atual Prefeito, na faina maléfica de perseguir, faltou também com o respeito aos direitos da esposa de seu colega médico, de seu ex-colega Prefeito. Uma professora que há 20 anos, na abnegação do magistério, no exercício do magistério, quase gratuito, deste Paraná, porque o que ganha uma professora deste Estado é acima de tudo, um acinte ao direito da pessoa humana. É simplesmente vergonhoso, é desonroso para o próprio Governo, para a própria instituição administrativa deste Estado.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta professora de 20 anos de trabalho, quase gracioso para este Estado, é a vítima mais recente da perseguição do Prefeito arenista de Santo Antônio da Platina e que tem total cobertura do Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Paraná.

E esta professora, nos encaminha uma carta, onde ela pede para que se esclareça ao Paraná, o que com ela está acontecendo, porque isto acontece com milhares de funcionários públicos de todas as Secretarias, principalmente em época de eleições.

Infeliz é o funcionário que tem a coragem de dizer "não" ao partido do Governo, nas oportunidades de eleições, porque não faltará a presença de um "barrabás", de um carrasco, de um perseguidor que, em nome, procede como está procedendo o Prefeito de Santo Antônio da Platina.

Eis a missiva da reclamante: (Lê)

"Tomamos a liberdade de escrever-lhe para contar de minha recente demissão do cargo de Diretora da Escola Dr. Ubaldino do Amaral, feita no dia 10 deste mês, pelo Sr. Prefeito Municipal e seus ilustres amigos.

Vimos pedir, mais uma vez, apoio junto à Assembléia do Estado e à Imprensa do Paraná — se possível — para que todos fiquem sabendo das "qualidades" do atual Prefeito desta cidade que tem a coragem de destituir de um simples cargo, a Diretora de uma Escola somente para ficar fazendo suas perseguições e humilhações.

Perdoe-nos a dirigirmos ao Senhor para narrar esses fatos, mas é o desabafo de uma pessoa que muito trabalhou para erguer o nome dessa Escola que se encontrava até sem crédito e cheia de dívidas e outras coisas que não devemos comentar para não ferir a outra Diretora que me antecedeu.

Temos consciência absoluta que trabalhamos ardentemente para elevar o nome dessa Escola, como também seu conceito. E disto o corpo docente está ao par, sei também que a maioria ficou chocada com a atitude do Sr. Prefeito Municipal.

Sabemos — eu e meu esposo Jamidas — que chega a ser pessoal a insistente perseguição do Sr. Prefeito — perdoe-nos a expressão — é um ódio, um rancor, uma inveja de muito tempo.

Acreditamos ainda, seja pelo fato de Jamidas ter sido Prefeito, há anos, pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro. E também por termos apoiado, na ocasião, e trabalhado para candidatos da Oposição atual.

Estamos de cabeça erguida.

Recebemos, e temos recebido, palavras de apoio e reconhecimento pelos serviços que prestamos àquela Escola. Mas, sentimo-nos bastante chocadas, humilhadas e desrespeitadas, pois que não nos deram a mínima satisfação — nem sequer fomos avisadas — soubemos por outras pessoas amigas, da nossa demissão.

E pensar que nos dedicamos inteiramente à Escola. Chegamos a construir uma quadra de esporte para nosso Ginásio que havia sido criado recentemente, isto é, em 1974, através de árduas campanhas que nos custou muito, ficando num valor altíssimo, no ano de 1976.

Conseguimos, além disso, outras melhoras no prédio dessa Escola que consideramos a primeira, portanto, escola tradicional de nossa cidade.

A nova Diretora não pertencia ao Corpo Docente.

Enquanto que nós fomos nomeados há mais de vinte anos para esta escola. Tudo isto deveria ser considerado.

No entanto, quanto à nossa nomeação para o cargo de diretora desta escola, nos foi oferecida pelo ex-Prefeito, Sr. Ademar Lemos de Toledo. Que, segundo ele, queria nos compensar por saber que há tempos passados este atual Prefeito tirou-me uma função na Escola Normal, da qual estávamos adidos. Quis continuar com seus propósitos de vingar-se e humilhar pessoas que, de certo, incomodam.

Por circunstâncias da vida, por sermos funcionários públicos, por precisarmos de nossos vencimentos, nos apresentamos aparentemente, filiados à Arena para não sermos perseguidos. O Sr. entende, mesmo assim, nós estamos encontrando diante deste Governo Municipal, bastante diminuídos e bastante pisados. Temos lembrado a todos que nem Jamidas como ex-Prefeito, nem o Sr. como ex-Prefeito, fizeram perseguições de espécie alguma. Pelo contrário, procuraram ajudar aqueles que buscaram; contamos com o Sr. para a divulgação deste fato."

Eis aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados a missivista que prova ter vinte anos de serviço à Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Paraná. Diz em sua carta e assina, que está filiada na Arena — Partido do Governo, para evitar as perseguições decorrentes deste Partido, através de caciques, como é o Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina.

E mesmo assim, não escapa à sanha e à manifestação de maldade desse homem que não alcançou nem meia fase da intelectualidade. E o homem só se tornará puro perante a Sociedade e perante Deus, quando vencer a fase da intelectualidade e mudar os pés para o degrau da espiritualidade.

Porque ele entenderá, a partir deste instante, que os cargos, que as condições que o mundo oferece, são efêmeras, são passageiras. Tantos homens de cultura, entretanto, poucos são os que se desenvolvem.

Dona Miriam Antunes Rodrigues, esposa do Dr. Jamidas Antunes Rodrigues, de Santo Antônio da Platina, é uma vítima a mais no rol das milhares de vítimas dos chamados "Caciques do Poder", destes que não entendem que este Poder é passageiro, mas que o sentimentalismo nobre do povo não perdoa o mal que lhe fazem, como não esquecem o bem que possam receber de seus semelhantes.

Sou temeroso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no que possa acontecer nestes quatro meses que antecedem às eleições majoritárias e proporcionais que se realizarão em 15 de novembro. Estou temeroso porque tenho verificado nas andanças que eu tenho feito principalmente na minha região, uma região constante de 30 comunidades municipais, o amedrontamento do Partido do Governo; tenho verificado o medo que vem sentindo o Partido do Governo, porque está sabendo que o voto do povo vai ser dado, contra este Partido, pelas características de perseguições feitas durante uma caminhada longa de 14 anos. E o Governo, com o seu poder, com as suas condi-

ções econômicas extravagantes, naturalmente colocará, a serviço dos interesses partidários, estes caciques perigosíssimos que não respeitam, porque nunca aprenderam a respeitar, o sentimento de seus semelhantes.

Deixo aqui o meu protesto mais veemente, para que fique transcrito nos Anais desta Casa, em meu nome e em nome de quase vinte mil paranaenses que represento aqui nesta Assembléia Legislativa, o meu protesto mais veemente a procedimentos espúrios como este do Prefeito de Santo Antônio da Platina. E os Anais da Casa haverão de retrospectar, em outras oportunidades, quando a liberdade florir neste Estado e nesta Nação, porque, hoje, Senhores, milhares querem falar mas calam, proferem calar porque têm medo do poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Quíselo Crisóstomo, constante do expediente. — Necessitam de apoio. — Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. LÚCIO MACHADO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere e o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de "quorum".

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O Sr. 1.º Secretário fará uma segunda chamada para constatação de "quorum" já que, na primeira foi impossível alcançar "quorum" necessário para deliberação, e a Presidência volta a chamar a atenção dos Senhores Deputados que porventura não se encontram neste Plenário, para que compareçam e respondam a chamada, para evitar as queixas costumeiras de após sessão.

(O Sr. 1.º Secretário procede à segunda chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 09/78, que denomina ANITA LOPES CANET, o Hospital Regional de Cascavel, localizado na referida cidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 16/78, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE APUCARANA, com sede e foro na cidade de Apucarana. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 18/78, que autoriza o Poder Executivo a denominar de ESCOLA POLIVALENTE PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI — ENSINO DE 2.º GRÁU, a unidade escolar localizada no Jardim Bandeirantes, da cidade de Londrina. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 21/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS MENINO DEUS — ASEMD, com sede nesta Capital. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/77, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que inclui no Plano Rodoviário Estadual para pavimentação asfáltica

a estrada PALMEIRA — SÃO JOÃO DO TRIUNFO — SÃO MATEUS DO SUL. Com Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e FAVORÁVEIS da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dá nova redação conforme especifica, ao artigo 171, da Lei n.º 6174, de 16/11/70. (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO). Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — COM EMENDA. — Ressalvada a emenda. Em votação a emenda. — Aprovada. Em votação o projeto. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que doa ao Município de MEDIANEIRA, lotes rurais que especifica, para construção do Aeroporto local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que estabelece critérios para provimento dos cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. —

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, gostaria de saber, se possível, que a Mesa informe a este Plenário, sobre o projeto de reestruturação do Quadro da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Regimentalmente, a apresentação de Substitutivo Geral, depois que o projeto de lei foi incluído em pauta, deve merecer apoio da maioria dos Srs. Parlamentares. Tão logo, a maioria dos Srs. Parlamentares apoie o Substitutivo Geral, o projeto será reincluído na Ordem do Dia.

O SR. DENI SCHWARTZ — Chamo a atenção dos Srs. Deputados, que estamos votando o Projeto de Resolução n.º 04/78, que estabelece critérios para provimentos dos cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico no Quadro de nossa Assembléia. Isso, às vésperas da discussão da Resolução que reestrutura o pessoal. Parece completamente sem razão de ser, desde que está aí o novo Quadro de Pessoal. Chamo a atenção dos Srs. Deputados que poderemos estar a votar uma Resolução, que perderá a sua validade, talvez, dentro de uma semana e será um monstro, a mais, ao nosso corpo legal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, data vênica, tem que discordar do Sr. Deputado Deni Schwartz. As matérias são distintas, uma não está atrelada a outra. O Projeto de Resolução n.º 04/78, determina, ou melhor, regulamenta o artigo 1.º, da Lei n.º 6965, de 20 de dezembro de 1977, exatamente, aquela que transferiu do Quadro Suplementar para o Quadro Permanente da Casa, algumas funções, nesta Casa, e pretende regulamentar o acesso dos cargos de Secretário de Comissão, Consultor Legislativo e Auxiliar Técnico.

Sendo que o projeto de reestruturação é matéria, totalmente, diferente da avocada por Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, eu que já me manifestei durante a discussão da Lei n.º 6965, quero deixar claro que votarei contrariamente a esta matéria, já fazendo,

nesta oportunidade, a minha declaração de voto.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência respeita a posição de Vossa Excelência.

Está em votação o Projeto de Resolução n.º 04/78.

APROVADO.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Solicito, Sr. Presidente, que Vossa Excelência determine fazer constar, em Ata, a abstenção com voto proferido.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência anota e considera regimental a atitude de Vossa Excelência.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 62/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA AURORA, objetivando reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 64/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando reparos no prédio do Posto de Saúde daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 67/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando reparos nos prédios do Ginásio Estadual Castelo Branco e o Grupo Escolar Castro Alves, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 72/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONSELHEIRO MAIRINK, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Dona Macária, da sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 81/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR e o Município de Apucarana, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução

n.º 14/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 82/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças, e FAMEPAR e o Município de ARAPONGAS, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 61/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Catanduvas, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 73/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Lupionópolis, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Carlos Gomes e o Ginásio Estadual de Lupionópolis, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 83/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria de Finanças, e FAMEPAR e o Município de Rolândia, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 86/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Guapirama, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 87/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Jaboti, objetivando a aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 88/78 — aprova convê-

nio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Japira, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 20/78, ex-Proposição n.º 105/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Inajá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 60/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Irati, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Tancredo Martins, localizado na sede do mesmo município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 63/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Miraselva, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, a Unidade Sanitária, o Grupo Escolar Júlia Wanderley e a Sub-Delegacia de Polícia, todos localizados em território daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 71/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pinhalão, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Princesa Isabel, a Delegacia e Cadeia Pública e a Unidade Sanitária daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 74/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Xambrê, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, localizados em território daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 79/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Plínio Tourinho, localizado naquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 85/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria da Fazenda e FAMEPAR, e o Município de Sopotema, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 111/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR e o Município de Francisco Beltrão, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 114/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Paulo Frontin, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Narciso Louza, provincial dos Padres Claretianos.—Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, com apoioamento de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, destinada a apurar “in loco” tendo em vista denúncias trazidas por proprietários de terras localizadas nos Municípios de Cruz Machado, Bituruna e Pinhão, contra a COPEL, de que estariam sendo grandemente prejudicados, em consequência dos preços que lhes são propostos como indenização de suas terras que estão sendo ocupadas com a construção da Usina de Foz do Areia.—Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) - Sr. Presidente requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere.

(Faz soar os tímpanos)

(Pausa)

Em votação na fase de verificação de votação, o requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella e outros, que requer a constituição de uma Comissão Especial.

11 Srs. Deputados aprovam.

11 Srs. Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para deliberação e tão somente para discussão da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo abono especial para o trigo replantado.—Aprovado. Encerrada a discussão..

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto

Daros, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Corregedor Geral da Justiça Eleitoral, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de alertá-los quanto à falta, nas quatro zonas eleitorais da Comarca de Curitiba, de pessoal para o atendimento do público que demanda ao T.R.E., a fim de regularizar a situação eleitoral.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 31, à hora

regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 59 e 135/77.
- 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/78 e dos de Resolução n.ºs 04,05,06,07, 08,10,11,13,14,15,16,17,18, 23,24,25,26,27,29,30,33 e 34/78.
- 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 25/78 e dos de Resolução n.ºs 35,37,38,39,40,41,42,43,44,49,51,53 e 54/78.

Levanta-se a sessão.